



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

REGISTRO DE REUNIÃO

Ata Executiva 13ª Reunião da Subcomissão Executiva do PPCDAm

1. DATA

27 de junho de 2024

2. LOCAL

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Eixo Monumental, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º Andar - Brasília, DF.

3. PAUTA

- I - Abertura
- II - Apresentação sobre as determinações no âmbito das ADPFs 743, 746, 854 e 760 (AGU);
- III - Apresentação do Sistema de Monitoramento do PPCDAm (GIZ);
- IV - Apresentação sobre o Relatório Anual de Implementação dos PPCDAm e atualização do plano;
- V - Informe sobre a elaboração dos PPCDs da Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal;
- VI - Informes gerais.

4. PARTICIPANTES

André Rodolfo de Lima (Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), Rodrigo Agostinho (Presidente do IBAMA), Lívia Marques Borges (SAM/Casa Civil), Renê Luiz de Oliveira (Coordenador Geral de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas, SECD/MMA), Marisa Faria, Jair Schmitt (DIPRO/Ibama), Tenente Coronel Dayve (GSI), Suliete Gervasio (MPI), Edileuza de Melo Nogueira (CENSIPAM/MD), Danielle Costa de Moura (CGU), Marisa Faria (GSI), Flavia Regina Rico Torres (SECD/MMA), Suia Kafure da Rocha, Nilton Júnior Lopes Rascon (CGPRO/ICMBio), Eduardo Granha Magalhães Gomes (MDIC), Daniel Barbosa de Silva, Augusto Cesar Feitosa Pinto Ferreira (CGU), Bruno Siqueira Abe Saber (SECD/MMA), Cassio Rabuske da Silva (SECD/MMA), Claudia Morosi (MCTI), Daniel Barbosa da Silva (DPCD/SECD/MMA), Daniel Braz (INCRA), João Vicente Marques (MGI), Marisa Faria (GSI), Thyeago Pery Monteiro de Lima (SECD/MMA), Camile de Miranda Dino (SECD/MMA), Leandro Ricarto (INCRA), Ana Campos (INCRA).

5. ASSUNTOS TRATADOS

5.1. Abertura

5.1.1. O Secretário Extraordinário do Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, André Rodolfo de Lima, abriu a reunião agradecendo a presença de todos os representantes da Subcomissão Executiva do PPCDAm e demais convidados. Em seguida, apresentou a pauta do dia, destacando o contexto atual em que se situa a 13ª Reunião, em especial com a implementação do Sistema de Monitoramento do PPCDAm, seu papel na repactuação e atualização do plano, e a elaboração dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento nos demais biomas brasileiros. Em que pese a relevância das determinações judiciais no âmbito das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs), o Secretário reforçou o compromisso do governo na execução das políticas públicas que já estavam sendo desenvolvidas, independentemente dos acordos e decisões. Ainda,

destacou que suspendeu suas férias em razão da emergência ambiental ocasionada pelas queimadas no Pantanal.

5.2. **Apresentação sobre as determinações no âmbito das ADPFs 743, 746, 854 e 760 (AGU)**

5.2.1. Em seguida, passou-se a fala à Mariana Barbosa Cirne (AGU), Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente, que realizou uma apresentação detalhada sobre o processo de judicialização iniciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante o governo anterior (2019-2022). Tal processo teve como alvo as ações em matéria ambiental do executivo federal e declarou a violação de direitos fundamentais e o estado de coisas constitucional. Com a mudança de governo, a Advocacia-Geral da União (AGU) teria realizado um levantamento das ações de litigância climática no Brasil em que IBAMA e ICMBio constam como réus. De acordo com Mariana, a AGU tem conseguido avanços em algumas ações, mas ainda há muito trabalho a ser desenvolvido.

5.2.2. Ademais, foi esclarecido que, entre as ADPFs, constam decisões já cumpridas, decisões em cumprimento e até mesmo algumas decisões suspensas. Foi salientado que, por mais que haja ações que não tenham sido implementadas, a gestão atual tem procurado demonstrar ao supremo que houve êxito em sair do estado de coisas constitucional em matéria ambiental, mas que há necessidade de medidas para complemento da normalidade constitucional.

5.2.3. Na sequência, foram apresentadas uma série de demandas da AGU em relação à prevenção e ao combate aos incêndios no Pantanal e na Amazônia que abarcam medidas efetivas e concretas para controlar ou mitigar os incêndios que já estão ocorrendo e para prevenir outras devastações dessa proporção, dentre elas:

- I - definição de metas para ações previstas de médio e longo prazo;
- II - identificação de avanços alcançados com a implementação de Sala de Situação Federal
- III - ampliação da participação da FUNAI e povos originários;
- IV - maiores informações sobre os dados do CAR MGI;
- V - aplicação do crédito extraordinário de 200 milhões;
- VI - maior detalhamento da atuação dos estados nesta pauta;
- VII - importância de delimitação de prazo para Sisfogo;
- VIII - atuação do CIMAN, instituído pelo Decreto 8.914/2016;
- IX - previsão de concursos e contratações de novos servidores para órgãos ambientais.

5.2.2. Em relação ao CAR e atuação dos estados, foi mencionada pela AGU a possibilidade de enumeração dos estados que apresentam inconformidades. Também foi reforçado pela AGU que, havendo queda no número de autuações em embargos, é importante citar a influência da greve dos servidores da pasta ambiental sobre esses dados.

5.2.3. A partir da descrição da AGU do papel do NUPEC e CNJ no acompanhamento das ADPFs, o Secretário Extraordinário, André Lima, propôs uma reunião com o CNJ para apresentação do estado das coisas, com objetivo de apresentar a estratégia em curso adotada pelo MMA e ações executadas pelos órgãos parceiros, apresentando também os entraves e estruturas de dependência que condicionam as deficiências e limitações de atuação estatal.

5.2.4. Em seguida, o Secretário André repassou a palavra ao Presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho, que questionou se foi elaborada uma matriz de responsabilidades a partir do acórdão e fez uma apresentação geral sobre a atuação do IBAMA no último período. Foram destacados os avanços realizados pela fiscalização ambiental e combate ao fogo, o êxito nas desintrusões, a melhoria das condições de trabalho a partir da aquisição de equipamentos. Entretanto, salientou que hoje o IBAMA enfrenta

dificuldades de informatização relacionadas à atuação conjunta com outros órgãos, em especial limitações enfrentadas pelo SERPRO. Foi informado que os limites orçamentários podem prejudicar as ações do IBAMA de combate ao fogo e que pode haver redução nos índices da fiscalização no último período em razão das mobilizações dos servidores. Foi destacado que o IBAMA não foi incluído no Concurso Público Nacional Unificado e há previsão de aposentadoria de cerca de mil servidores ainda esse ano. Em relação à reestruturação, com reabertura de gerências, escritórios e superintendências do IBAMA, o Presidente do Ibama salientou que é necessário pontos focais para garantir essa reestruturação, reforçando a necessidade de outro concurso público.

5.3. Apresentação do Sistema de Monitoramento do PPCDAm

5.3.1. Em seguida, foi passada a palavra para Leandro, consultor da GIZ que apoia a SECD no desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do PPCDAm. Leandro realizou uma apresentação do Sistema de Monitoramento do PPCDAm, especificando os atores que compõem o público prioritário do sistema. Na ocasião, foram ressaltados os objetivos gerais de implementação do plano: dar ampla visibilidade, promover a adesão e compromissos dos atores chaves, *accountability* ao prover órgãos de controle com informações sobre andamento e alcance de resultados e melhoria da gestão ambiental. Para tanto, o sistema foi elaborado em formato de plataforma WEB e foi concebido como versão específica para a sinergia à lógica estabelecida no PPCDAm.

5.4. Apresentação sobre o Relatório Anual de Implementação dos PPCDAm, repactuação do PPCDAm e elaboração dos novos Planos (Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa)+

5.4.1. Renê Oliveira, Coordenador-Geral de Políticas de Controle do Desmatamento, cientificou os presentes sobre as reuniões bilaterais que vêm sendo convocadas pela Casa Civil com os órgãos e entidades integrantes do PPCDAm, sobre o sistema de monitoramento e sobre a elaboração dos demais Planos (Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa). Para o Coordenador Geral, o momento de discussão traz à tona a necessidade de um olhar especial, já que o Relatório Anual de Implementação dos PPCDAm será lançado em breve e haverá atualização do plano. Assim, tem sido solicitado aos referidos órgãos e entidades que observem se as ações que foram apresentadas na 5º fase do PPCDAm estão adequadas ou se requerem algum reajuste. O sistema vai incorporar oficialmente as informações discutidas no âmbito das reuniões bilaterais.

5.4.2. Renê comunicou que nos próximos dias será solicitado oficialmente aos órgãos convidados a indicação dos titulares e suplentes que receberão as senhas de acesso ao Sistema de Monitoramento. Foi salientado que os indicados devem possuir transversalidade interna no órgão para que as ações indicadas pelos órgãos retratem o planejamento estratégico da instituição. Também foi citada a necessidade de revisar os membros titulares e convidados previstos no Decreto, tendo em vista que, por vezes, um membro convidado é tão ou mais importante do que um membro efetivo.

5.5. Comentários gerais

5.5.1. João Vicente Marques, do MGI, informou que algumas mudanças no Sistema do CAR executadas pelo governo passado foram revogadas e que há em curso um processo de migração, reestruturação e restabelecimento do sistema, incluindo a migração para o DataPrev, visando obter uma estrutura que confira maior segurança à base de dados. Ainda, citou que existe interlocução constante com todos os estados, mas que alguns tiveram problemas para a integração dos dados em algum momento depois da migração, e que, do ponto de vista tecnológico, as integrações estão resolvidas. Também citou que há um movimento de alguns estados voltando a utilizar o sistema federal.

5.5.2. Shirley, do MDA, fez um informe sobre a Câmara Técnica de Destinação de Áreas e externalizou preocupação com a efetivação da destinação das áreas que estão em estudo, bem como com os Projetos de Lei que tratam de transferências de terras federais para os estados. Nesse sentido, o Secretário André falou sobre a possibilidade de ações de comando e controle integradas entre IBAMA, ICMBio, FUNAI e, possivelmente, PRF. Enquanto projetos no âmbito do legislativo tratavam-se de assuntos complexos, importantes, relevantes e que mereciam ser tratados com calma em outra oportunidade.

5.5.3. Por fim, e nada mais havendo a ser discutido, o Secretário André encerrou a presente reunião e agradeceu a presença de todos os presentes.

6. ENCAMINHAMENTOS

6.1. O MMA deverá disponibilizar o sistema de monitoramento do PPCDAm até o dia 15/07, e encaminhará senhas para preenchimento.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício dos Santos Pompeu, Chefe de Gabinete Substituto(a)**, em 08/08/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Henrique Costa Pereira, Analista Ambiental**, em 08/08/2024, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rene Luiz de Oliveira, Coordenador(a) - Geral**, em 08/08/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1725460** e o código CRC **8EB9214C**.